

### **III-081 – PROJETO DE LEI DE COLETA SELETIVA EM CONDOMÍNIOS PARA O MUNICÍPIO DE FORTALEZA**

**Ana Karolina Lima Machado<sup>(1)</sup>**

Graduanda em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista do PET Engenharia Ambiental UFC.

**Thayana Maria de Lima Barreto<sup>(2)</sup>**

Graduanda em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista do PET Engenharia Ambiental UFC.

**Lucas Araújo Abreu<sup>(3)</sup>**

Graduando em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista do PET Engenharia Ambiental UFC.

**Ana Rhennara Silva Queirós<sup>(4)</sup>**

Graduando em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista do PET Engenharia Ambiental UFC.

**Ronaldo Stefanutti<sup>(5)</sup>**

Professor na UFC, Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental. Professor na Pós-Graduação área concentração Saneamento Ambiental. Coordenador do Curso de Engenharia Ambiental. Tutor do PET MEC-SESu Engenharia Ambiental.

**Endereço<sup>(1)</sup>:** Rua Desembargador Praxedes, 555, Bloco C Aptº 101 – Damas – Fortaleza – CE – CEP: 60416-172 – Brasil - Tel: +55 (85) 3487-1274 - e-mail: [anakarolina94@hotmail.com](mailto:anakarolina94@hotmail.com).

#### **RESUMO**

Fortaleza, por ser uma das maiores cidades do Brasil, é também uma das maiores geradoras de resíduos sólidos. Segundo dados da Compam, o município gera, aproximadamente, 5.876,69 toneladas de resíduos sólidos por dia, em uma média de 2,5 quilos por habitante da capital, reforçando a necessidade de se implementar uma lei de coleta seletiva em condomínios na cidade. Com uma legislação eficiente em vigor, diminuir-se-ia o aporte de materiais recicláveis destinados a aterros, prolongando sua vida útil. Aliado a isso, a coleta seletiva traria benefícios a associações e cooperativas de catadores, que participariam ativamente de todo o processo, garantindo a eles uma renda fixa. O presente projeto busca, justamente, aplicar à cidade de Fortaleza uma legislação que enquadre a cidade nos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos, lei nº 12.305/2010, que versa sobre práticas de coleta seletiva e sobre o papel central do catador no processo de reciclagem de materiais. Além disso, visa-se, com este trabalho, aliar todo o processo de reciclagem dos materiais a uma educação ambiental aplicada aos moradores de condomínios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lei Municipal, Coleta Seletiva, Catadores de Materiais Recicláveis, Condomínios.

#### **INTRODUÇÃO**

Segundo o Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil de 2014 da ABRELPE, a geração de resíduos sólidos urbanos (RSU) em 2013 foi de aproximadamente 76,4 milhões de toneladas, enquanto que no ano de 2014, houve um acréscimo de 2,9% desse valor, chegando a cerca de 78,6 milhões de toneladas. Esse número se mostra maior que o aumento populacional para o mesmo período, que foi de 0,9%. Em termos de geração per capita, no ano de 2013 um brasileiro gerava 379,96 kg/hab/ano, já em 2014 esse valor passou a ser de 387,63 kg/hab/ano. Tais números são alarmantes, pois a quantidade de RSU tende a aumentar, ao mesmo tempo em que não há o aporte suficiente de aterros sanitários para atender a essa demanda.

No Ceará, o quadro mostra-se semelhante ao restante do país no que se refere à geração de RSU. Enquanto o aumento populacional no Estado foi de 0,726% de 2013 para 2014, a quantidade de resíduos kg/hab/dia cresceu 3,26%. Além disso, o Ceará ainda apresenta graves problemas com a destinação de seus resíduos, tendo apenas seis aterros sanitários e 284 lixões.



Segundo o IBGE 2010, a composição gravimétrica dos resíduos sólidos gerados no Brasil mostra que aproximadamente 32% de todo esse material corresponde a recicláveis (metais, aço, alumínio, papel, papelão, Tetra Pak, vidro e plástico). Instituído a prática da coleta seletiva, essa percentagem de resíduos seria efetivamente reciclada, diminuindo a quantidade que irá para aterros. Além disso, incluir-se-ia, de forma direta, o catador no processo, gerando renda fixa para esses trabalhadores.

## **POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

A lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que dispõe sobre os princípios, objetivos e instrumentos e define as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, às responsabilidades dos geradores e do poder públicos e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

Para a aplicação efetiva de uma política municipal de resíduos sólidos, torna-se imperioso a utilização dos princípios positivados na lei nº 12.305/2010, sendo aplicáveis ao município principalmente os princípios do poluidor-pagador, com a penalização das pessoas físicas e jurídicas cometedoras de atos de poluição; protetor recebedor, instituindo bônus àqueles que prezarem pela conservação ambiental e o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania.

De acordo com o Art. 7º da referida lei, tem-se exemplificativamente os objetivos de não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços; incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados; gestão integrada de resíduos sólidos; integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável.<sup>1</sup>

No mesmo sentido de efetivação da política, utilizar-se-á, principalmente, o instrumento da coleta seletiva, sendo este compreendido como a segregação dos resíduos conforme sua constituição ou composição e o instrumento da educação ambiental, sendo este último os processos pelos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competência voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade, conforme inferido da política nacional de educação ambiental.

## **CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**

Os catadores são responsáveis pelo recolhimento dos materiais recicláveis e pela sua destinação para o reaproveitamento, contribuindo para a redução dos custos de produção de novos produtos e o aumento da vida útil dos aterros sanitários. A profissão de catador foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2002. Os profissionais exercem as atividades de catar, selecionar e vender materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis, podendo se organizar de forma autônoma ou em Cooperativas/Associações com diretoria e gestão dos próprios catadores.

O fortalecimento da organização produtiva dos catadores em cooperativas e associações com base nos princípios da autogestão, da economia solidária e do acesso a oportunidades de trabalho decente representa, portanto, um passo fundamental para ampliar o leque de atuação desta categoria profissional na implementação da PNRS, em especial na cadeia produtiva da reciclagem, traduzindo-se em oportunidades de geração de renda e de negócios, dentre os quais, a comercialização em rede, a prestação de serviços, a logística reversa e a verticalização da produção. (Ministério do Meio Ambiente)

---

<sup>1</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm)

## **FORTALEZA E COLETA SELETIVA EM CONDOMÍNIOS**

O município de Fortaleza implementou a coleta seletiva em condomínios em apenas quatro bairros de um total de 119, representando aproximadamente 3,4% de cobertura. Este valor não se coaduna com os parâmetros fixados na legislação de coleta seletiva, sendo deixada à margem do projeto grande parte da população habitante do município.

Atualmente, a coleta seletiva é realizada pela concessionária da Prefeitura Municipal de Fortaleza responsável pela Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos que recolhe cerca de 100 toneladas de materiais recicláveis nos quatro bairros atendidos pelo projeto. Esses resíduos são encaminhados para galpões e divididos entre as associações/cooperativas cadastradas no município.

O projeto de Lei elaborado pelo grupo PET Engenharia Ambiental busca a aplicação da coleta seletiva em todos os condomínios com mais de dez unidades residenciais em Fortaleza, abrangendo todos os bairros da capital cearense. Assim, criar-se-ia, no município, uma nova cadeia de empregos, envolvendo associações e cooperativas de catadores, que passariam a receber o material reciclado coletado pela concessionária responsável, utilizando-se de caminhões apropriados para tal.

As cooperativas/associações deverão preencher um cadastro online, que lhes conferirão a participação efetiva dentro da coleta seletiva. Além disso, há uma proposta de incluir, junto a essa logística envolvendo materiais recicláveis, ações de educação ambiental que envolvam os condôminos, catadores, entre outros envolvidos. Após a aprovação da lei, todos os condomínios, bem como as cooperativas/associações teriam um prazo de dois anos para total regularização de suas atividades frente à Prefeitura e à legislação proposta.

## **OBJETIVO**

Propor à câmara de vereadores Projeto de Lei para implantação da separação seletiva dos resíduos domésticos em 3 frações, a saber: orgânicos, recicláveis e inservíveis.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Foram investigadas as legislações municipais de Florianópolis, Foz do Iguaçu e Curitiba. Com base nestas legislações, foi discutida e adaptada à realidade de Fortaleza a proposta de implantação da separação seletiva obrigatória em condomínios. O trabalho contou com a cooperação da assessoria jurídica de professores do direito ambiental.

## **CONCLUSÃO**

A disposição final dada aos RSU no Brasil mostra-se, cada vez mais, um alarmante problema de caráter ambiental e social. A elaboração de legislações municipais, que complementem o que preconiza a PNRS, mostra-se muito importante no atual cenário. Portanto, o presente projeto de Lei busca criar um mecanismo de coleta seletiva que possa atingir todos os bairros de Fortaleza, levando a catadores novas ferramentas de trabalho, diminuindo a quantidade de resíduos que são destinados a aterros ou lixões irregulares e levando aos cidadãos práticas sustentáveis, trazendo inúmeros benefícios a toda a cidade.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

1. LEI 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm). Acesso em: 14/04/2016.
2. PANORAMA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL 2014. Disponível em: [http://www.abrelpe.org.br/panorama\\_apresentacao.cfm](http://www.abrelpe.org.br/panorama_apresentacao.cfm). Acesso em: 15/04/2016.
3. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Catadores de Materiais Recicláveis. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclaveis>. Acesso em: 15/04/2016.



4. DIÁRIO DO NORDESTE. Reciclagem de Lixo deve Triplicar em Fortaleza. 2013. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/reciclagem-de-lixo-deve-triplicar-em-fortaleza-1.818989>. Acesso em 15/04/2016.
5. DIÁRIO DO NORDESTE. Estado do Ceará conta com apenas seis aterros sanitários. 2015. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/estado-do-ceara-conta-com-apenas-seis-aterros-sanitarios-1.1234835>. Acesso em 15/04/2016.